

**GEPOLÍTICA NA GEOGRAFIA DO BRASIL, NOTAS SOBRE O
PENSAMENTO DE BERTHA BECKER EM GEPOLÍTICA DA AMAZÔNIA.**

Eduardo Karol¹

Resumo

O que se pretende com este trabalho é refletir sobre a criação de um pensamento geopolítico no Brasil, com ênfase especial em Bertha Koiffmann Becker e analisar as “trajetórias” de seu pensamento.

Palavras-Chave: Bertha Koiffmann Becker – Geopolítica – Geografia Política – Pensamento Geográfico

Abstract

What we propose in this paper is to reflect on the creation of a geopolitical thinking in Brazil, with special emphasis on Bertha Koiffmann Becker and analyze the “trajectories” of his thought.

Key-words: Bertha Koiffmann Becker; Geopolitics; Political Geography; Geographical Thought

¹ Professor Assistente da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Doutorando no programa de pósgraduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, eduardokarol@ig.com.br

Introdução

O que se pretende com este trabalho é refletir sobre a criação de um pensamento geopolítico no Brasil, com ênfase especial em Bertha Koiffmann Becker e analisar as “trajetórias” de seu pensamento.

O aparente desaparecimento e o reaparecimento² crítico da geopolítica como campo de estudo acadêmico tem singularidades na geografia política brasileira dos últimos trinta anos. Taylor e Flint (2002, 53-55) afirmam que a geopolítica foi silenciada devido sua instrumentalização como conhecimento a serviço do totalitarismo. Expõem como conseqüência do desaparecimento da geopolítica a desvinculação da geografia política da herança dos fundadores – Ratzel, Mackinder e Bowman. “A quebra voluntária com o passado indica o profundo impacto que teve a geopolítica alemã dos anos trinta sobre a geografia política em particular e a Geografia em geral”. A Geopolítica se converteu em um terreno movediço que devia se distinguir da Geografia Política. Esse quadro começa a ser modificado quando nos setenta, em decorrência do acirramento da guerra fria e do conflito no Vietnam, centros acadêmicos nos Estados Unidos recolocam o debate sobre poder e território. No Brasil vive-se, no mesmo período, um Estado autoritário sob tutela militar, que produz e divulga seu pensamento estratégico sobre o território. Nas universidades pesquisas começam a ser produzidas e a Geografia experimenta uma renovação³ crítica. Os processos de renovação não eliminaram continuidades de matrizes de pensamento e, de certo modo, sua presença foi muito mais significativa e definidora de política de Estado, o que por si só justifica

² No Brasil, a retomada é expressa em prefácio de Valverde (1982, 8), “As páginas finais encerram uma tentativa de recuperar a Geopolítica como campo de estudos para a ciência geográfica. Após seu total descrédito, a Geopolítica, promovida pelos nazistas, parece que só é aceita e praticada por geógrafos e militares ultradireitistas, ligados ao Pentágono norte-americano”. Becker (1982, 10) também segue a mesma orientação: “... inclui mais explicitamente o projeto político da geografia, recuperando, em novas bases, a geopolítica. Em passado recente, a conotação ideológica e militarista de uma geopolítica em que o meio físico determinava a ação do homem e do Estado imobilizou a contribuição da geografia que, ameaçada, se esvaziou de seu conteúdo político”, ou ainda, “A retomada de interesse pela Geopolítica é patente. Grupos de trabalho, livros, artigos se sucedem revelando à revalorização das relações entre poder, ou mais precisamente a prática do poder, e o espaço geográfico, relação que constitui a preocupação central da disciplina” (Becker, 1995, 271). Por outro lado, o estudo de Miyamoto (1995, 139) que não faz consideração sobre desaparecimento ou reaparecimento aponta uma retomada de interesse dos meios acadêmicos pela geopolítica e seus temas.

³ “O movimento de renovação, ao contrário da Geografia Tradicional, não possui uma unidade; representa mesmo uma dispersão, em relação àquela. Tal fato advém da diversidade de métodos de interpretação e de posicionamentos dos autores que o compõem. A busca do novo foi empreendida por variados caminhos; isto gerou propostas antagônicas e perspectivas excludentes. O mosaico da Geografia Renovada é bastante diversificado, abrangendo um leque muito amplo de concepções”. (Moraes, 2007:107-108)

analisar o contexto da produção geopolítica brasileira por geógrafos.

Devido a restrição do artigo, para atingir os objetivos propostos, vamos analisar o capítulo nove do livro *Geopolítica da Amazônia; uma fronteira de recursos*, publicado no ano de 1982. Intitulado, “O Estado e a questão da terra na fronteira: uma contribuição geopolítica”, expõe as idéias geopolíticas que nos interessa e conclui a produção de dez anos de Bertha informando as mudanças na renovação do seu pensamento bem como da geografia.

Geopolítica da Amazônia – um livro de dez anos

*Geopolítica da Amazônia*⁴ é um livro que organiza a produção de dez anos de Bertha Becker. Portanto, em conjunturas diversas que sinaliza modificações no conjunto de idéias expostas no livro. Começa com base em autores da chamada geografia quantitativa, avança para a teoria do desenvolvimento polarizado e para usar um termo geográfico, deságua na “Geografia dialética”⁵. Não vou me ater a esse percurso, dada a quantidade de informações que deveria expor. Vou expor e analisar as idéias geopolíticas do capítulo nove. Nele a autora objetiva “analisar a atuação do Estado na expansão da fronteira com uma perspectiva geopolítica”. O capítulo é peça chave, pois apresenta os elementos geopolíticos que a autora identifica no título do livro.

A análise se inicia com a exposição da estrutura do texto e a conjuntura em que foi escrito. Em um segundo momento, expõe os elementos do discurso geopolítico. Por fim, discute a construção de Códigos Geopolíticos no pensamento da autora.

O texto está estruturado em quatro partes: Proposições teóricas e metodológicas para uma análise geopolítica; Estado e Fronteira: articulação dos níveis internacional e nacional; A Estratégia de apropriação da Amazônia Oriental e a estruturação do espaço regional; e O nível local: o confronto entre dominadores e dominados na disputa pela terra. O trabalho foi escrito para apresentação no Seminário sobre Expansão da Fronteira e Meio Ambiente na América Latina realizado em Brasília em 1981. Ou seja,

⁴ Para uma análise do livro, consultar MOREIRA, Ruy. *O Pensamento Geográfico Brasileiro: as matrizes brasileiras*. São Paulo: Editora Contexto, 2010. p. 95-98. Para uma análise do conceito de espaço em Bertha K. Becker, consultar, BRÜZEKE, Franz Josef. *A Inflação do Espaço*. Belém: Papers do NAEA 001, 1992.

⁵ Esse termo foi usado por Valverde no Prefácio. Não há consenso sobre o melhor termo a ser usado para expressar a renovação do pensamento geográfico no Brasil. Por isso não podemos concordar com Brüzeke que rotula Bertha Becker como uma “geógrafa dialética”.

numa conjuntura⁶ de esgotamento dos projetos de desenvolvimento do regime ditatorial sob tutela militar. A censura das idéias já não estava tão dura como em outros momentos, porém o discurso da segurança nacional ainda se fazia presente nas relações entre Estado, Empresa e força de trabalho analisadas pela autora.

Os elementos da geopolítica dita “clássica”, encontram-se no texto, ou seja, o Estado, a população e o território. Articulados e aplicados a realidade “amazônica”, configuram a tentativa de atualizar o modo de abordagem da análise geográfica. Pode-se perceber o esforço e necessidade de uma renovação do pensamento científico em geral e da geografia em particular. Isso pode ser confirmado pela bibliografia utilizada pela autora nesse capítulo: Lacoste (1976), Raffestin (1980), Lipietz (1977) e Lojkine (1977)⁷. Experimenta-se uma nova relação da geografia com outras ciências sociais, o que, de alguma maneira, enriquece o debate sobre políticas territoriais. O Estado como indutor das políticas territoriais, incentiva empresas com projetos e produz mobilidade da força de trabalho na ocupação do território (Becker, 1982: 215). A mobilidade produz conflitos que estabelece uma contradição fundamental para autora: “*como atrair a força de trabalho necessária e mantê-la na região, sem lhe dar o domínio efetivo e duradouro da terra*”? (Becker, 1982: 213)

Para resolução dessa contradição, Bertha aplica os níveis de análise, proposto por Lacoste⁸. Aborda a determinação de um nível internacional, que define o estilo de desenvolvimento nacional que é induzido do exterior⁹. Consagra o Brasil como uma fronteira de recursos,

⁶ Conceito chave para a conjuntura é a “doutrina da segurança nacional” que foi praticada por vários regimes militares na América Latina. Com a ideologia do nacional-desenvolvimentismo orientou a industrialização no Brasil e em outros países da região. A discussão e efetivação de um plano para o ‘espaço nacional’ produziu a idéia de integração nacional.

⁷ Segundo bibliografia citada pela autora: Lacoste, Yves. *La Géographie, ça sert à faire la guerre*, 1976. *Unité et diversité dans le Tier Monde*. François Maspero-Herodote, Paris, 1980. Lipietz, A. *Le Capital et son espace*. F. Maspero, 1977. Lojkine, Jean. *L’État, le marxisme et la question urbaine*. Presses Universitaires de France, Paris, 1977. Raffestin, Claude. *Pour une Géographie du Pouvoir*. LITEC, Paris, 1980.

⁸ Para uma pesquisa do termo “níveis de análise” ver: Lacoste, Yves. *A Geografia*, in: Châtelet, François (org.). *História da Filosofia, idéias, doutrinas*; v. 7, *A Filosofia das Ciências Sociais – de 1860 aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. Lacoste, Yves. *A Geografia - isso serve*, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas – SP: Papirus, 1988. Lacoste, Yves. *Géopolitique; l’alongue histoire d’aujourd’hui*. s.l. Larousse, 2006. Considero que nas três obras citadas o leitor encontrará um rico material de desenvolvimento do conceito de “níveis de análise”.

⁹ Ao assumir a tese, do “desenvolvimento nacional induzido do exterior” aproxima-se das teorias cepalinas para a industrialização tão bem expostas por Wilson Suzigan no livro *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*, publicado pela Brasiliense em 1986.

“As forças que operam na escala internacional determinam, em grande parte, o estilo de desenvolvimento nacional, marcando os períodos de transformação econômica e política, e as formas de apropriação do espaço. A análise nessa escala é, pois, fundamental para compreender-se que se trata de uma fronteira mundial num país cujo modelo de desenvolvimento é induzido do exterior. Na escala mundial, o Brasil, como os demais países da América Latina, é uma fronteira de recursos, tendo sua história vinculada à sua inserção na divisão internacional do trabalho. Entendida como a vanguarda da expansão territorial do modo capitalista de produção, a fronteira de recursos sempre adotou mais rapidamente inovações geradas no exterior e recebeu massa considerável de investimentos”.

Passa a um nível nacional onde o Estado concebe estrategicamente a viabilização da fronteira¹⁰ e percebe e seleciona os espaços¹¹ a serem apropriados. Elaboram-se as estratégias e táticas específicas para a apropriação nas diversas regiões. A escala nacional define a posição e a extensão territorial das regiões no conjunto do espaço nacional segundo a conjuntura. A estratégia global do Estado no Brasil tem sido a de assegurar o monopólio da propriedade da terra representada pelo latifúndio voltado para a exportação de recursos (Bertha, 1982: 217).

No nível regional expõe a estratégia de apropriação da Amazônia Oriental e a estruturação do espaço. O conceito de posição estratégica articula a fronteira de recursos com a bacia de mão-de-obra nordestina. Aborda a conexão entre o Centro-Sul com Belém que, para ela, é a primeira porção do espaço a ser “integrado” (Bertha, 1982:218).

Por fim, chega ao nível local, que caracteriza como espaço vivido, aonde vai se desenvolver o confronto entre dominadores e dominados na disputa pela terra. Identifica como agentes dominadores da construção do espaço, o Estado e a empresa que determinam formas de operação na escala local. Os dominados são identificados como pequenos produtores e assalariados. È nesse nível que se dá o conflito entre as diversas formas de produzir, a disputa pelo domínio do espaço entre os vários agentes.

Conclui com a idéia de que o estudo geopolítico da fronteira deve ser feito com a articulação de diferentes níveis de análise, pois se trata de uma fronteira de recursos

¹⁰ “A fronteira expressa o modelo de crescimento econômico do país, o modelo tecnológico intensivo de capital, com forte industrialização, que comanda inclusive a modernização da agricultura, malgrado a forte concentração de renda, o acentuado autoritarismo político e a internacionalização da economia”. (Becker, 1982: 212)

¹¹ “O espaço é a um tempo produto da articulação de relações sociais e, como espaço concreto, também produtor de relações sociais”. (Lipietz, 1977 apud Becker, 1982:214).

mundial, espaço de expansão territorial do modo de produção capitalista.

Em nenhum momento a autora opta por uma análise baseada no conceito de imperialismo¹², tão recorrente na renovação do pensamento geográfico que estava sendo produzida à época da edição do livro. Opta por uma inserção de elementos teóricos para enriquecer e movimentar seu pensamento. Porém comete ato falho ao escrever “bacia de mão de obra” que denota a relação do pesquisador com as populações locais que diz em seu memorial “proteger” (Becker, 1993). A geopolítica é abordada com os mesmos elementos de outrora, o poder do Estado na apropriação espacial/territorial é privilegiada, a mobilidade de população para a produção, os conflitos entre agentes de apropriação espacial que decorre da mobilidade. Os agentes são separados por suas práticas, ao Estado um papel, a empresa outro, aos dominados cabe resistir aos anteriores. Não concebe estratégias de grupos de agentes, como por exemplo Estado e empresa como grupo articulado para um propósito de apropriação territorial, nem as alianças dos dominados com a Igreja, para resistir a expropriação. Homogeneiza os agentes dominados não expondo suas diferenças, classificando-os como pequenos produtores e assalariados e imputando uma visão de fora do processo. Silencia sobre as mortes na área estudada¹³.

As ciências sociais possuem instrumentos de análise que nos dão a relação dialética entre dominadores e dominados, aos quais a autora apresenta de maneira formal. Ou seja, tem-se uma ação de poder sobre dos dominados que parecem não ter nada a fazer, só resta aceitar a dominação. Aquilo que julga ser uma análise crítica de um movimento de apropriação territorial acaba se transformando em elemento de conhecimento do território para a “integração nacional”. A valorização de um discurso que esconda o objetivo de produzir uma visão hegemônica na geografia, sobre a região amazônica pode ser aproximada daquilo que Latour (2000) chamou de “caixa-preta” — idéias que se cristalizam em um campo científico e são repetidas a exaustão sem necessidade de comprovação. Bertha na melhor tradição da ciência de síntese mescla geopolítica com Amazônia e passa a obter as glórias de um estudo condensado para

¹² Pode-se consultar: Gonçalves, C.W.P.; Azevedo, N. M. de. A Geografia do Imperialismo: uma introdução. Número Especial do Boletim Paulista de Geografia – nº 59 – 1982. p. 23-41. Oliveira, A.U. Reflexões sobre o imperialismo: a incorporação do Brasil ao capitalismo internacional. Número Especial do Boletim Paulista de Geografia – nº 59 – 1982. p. 59-113. Moreira, Ruy. O Que é Geografia? São Paulo: Brasiliense, 1981.

¹³ Almeida lista 568 mortes no estado do Pará de 1964 a 1992. Se considerarmos os anos de 1964 até 1982 são 126 mortes listadas. p. 276-282.

cumprir um papel de continuidade com a tradição geográfica da qual faz parte e descontinuidade quando incorpora elementos novos da análise das ciências sociais, entre elas a geografia.

Existe um silêncio do que fora produzido sobre a Amazônia¹⁴ mostrando um vazio também teórico da região. Isso fortalece uma visão exterior, apesar de se propalar uma unidade teórico-empírica embasada em trabalhos de campo. Em realidade, ao não dialogar com uma bibliografia produzida pelos locais, fica impossibilitada de ter uma visão mais real do processo de incorporação da região ao sistema mundial (internacional) reforçando um estereótipo da Amazônia a partir do centro-sul.

A criação de códigos geopolíticos – a caixa preta.

Códigos¹⁵ Geopolíticos são, por definição, “*um conjunto de premissas estratégicas que produz um governo sobre outros Estados, para orientar sua política externa*”. Um conjunto de premissas estratégicas está diretamente relacionado com imagens mentais dos padrões de ação (imagem-ação). Representa a avaliação operacional, tais como sua importância estratégica e ameaças potenciais em lugares que estão no interior e ou além das fronteiras do Estado. A orientação da política externa é traduzida em imperativos imediatos e ações, que definem os atos específicos dos Estados. São compostos e podem ser calculados, a) identificação dos aliados atuais e potenciais; b) identificação dos inimigos atuais e potenciais; c) definição dos meios de manter os aliados atuais e fomentar novos; d) definição dos meios de enfrentar inimigos existentes e emergentes. Os itens a e d devem ser representados com práticas visíveis para a sociedade nacional e mundial. Esse quadro só expõe a complexidade geopolítica de definir códigos, portanto não são absolutos na criação de padrões de ações.

¹⁴ Podemos constatar a ausência de autores como: TOCANTINS, Leandro. *Amazônia: natureza, homem e tempo*; uma planificação ecológica. 2. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982. 177 p. e REIS, Arthur Cezar Ferreira *A Amazônia e a cobiça internacional*. 5. ed., Rio de Janeiro-Manaus, Civilização Brasileira-Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982. 213 p. BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Um Pouco-Antes e Além-Depois*. Manaus: Editora Umberto Calderaro, Edição Universidade do Amazonas e Codeama, 1977, 840p.

¹⁵ Para uma discussão do termo código ver SOUSA, Rodrigo Pina de. *Territorialização Militar em Rede e o Imperialismo Estadunidense na América Latina: Um Novo Código Geopolítico?* 2007. p. 97-107. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

A classificação escalar dos códigos geopolíticos é de nível local, regional e global. O nível local envolve uma avaliação da situação interna do Estado e a relação com os Estados vizinhos. O nível regional diz respeito aos Estados que querem projetar seu poder para além de seus vizinhos imediatos, está ligado ao que podemos chamar de potências regionais. Têm código global os Estados que projetam seu poder de forma abrangente numa extensão geopolítica mundial. São poucos os que têm o código global, já no nível local todos têm e alguns no regional.

Para esse artigo interessa os níveis local e regional dada a conjuntura da época apresentada no texto da Bertha Becker. É preciso concordar com CAIRO, 2008, p. 222,

“Na conformação da imaginação geopolítica de cada era, as universidades e os institutos de pesquisa desempenham um papel fundamental. É a geopolítica teórica que, junto à geopolítica prática dos intelectuais do Estado, como diplomatas e militares, conformam a visão geopolítica de cada Estado. Os modelos geopolíticos não só proporcionam uma representação do espaço perfeitamente ordenada, mas também são um locus de enunciação muito mais poderoso que o de outras representações do espaço. Os modelos são científicos, ou seja, são considerados verdadeiros e neutros – ignorando-se, freqüentemente, seu caráter interessado –, diferentemente do conhecimento formulado por diplomatas e militares que, obviamente, respondem a uma determinada visão do Estado”.

Considero que Bertha Becker desempenha papel fundamental quando expõe um conjunto de idéias que ajuda a conformar um código local e regional. Vejamos.

No livro Geopolítico da Amazônia: uma nova fronteira de recursos a autora afirma categoricamente que a integração deve ser continental dado que só a integração nacional não dará conta do problema de abastecimento dos centros de poder.

"[...] uma vez que a política de integração nacional não vem solucionando plenamente o problema da escassez do mercado interno, recorre-se à política de integração continental incentivando inicialmente as exportações de manufaturados, e hoje, igualmente, a exportação de minerais e produtos agrícolas. A Transamazônica, mediante suas ligações com o Acre, permitirá alcançar a Bolívia e a Carretera Marginal de la Selva no Peru, assegurando a presença do Brasil no âmago do continente, e quiçá, no Pacífico" (BECKER, 1982, p.30).

Na melhor tradição da doutrina de segurança nacional, muito difundida á época da produção da autora¹⁶, pelos escritos de Golbery do Couto e Silva, afirma-se a projeção continental do Brasil como imagem e ação do Estado sob tutela militar. Assumir o código geopolítico do governo militar configura adesão ao que foi criticado e chamado recentemente de produção de uma geopolítica ideológica. É necessário que se faça uma revisão das idéias que a universidade consagrou como modelo de análise. Constituiu-se “caixas pretas” que jamais foram abertas. É comum ouvirmos no meio acadêmico que Bertha Becker influenciou quase que de maneira absoluta a idéia de nova fronteira de recursos. Transitou por muitos governos desde a ditadura sob tutela militar até recentemente. Isso pode ser constatado nos inúmeros documentos e relatórios que produziu, sem falar na regência da cadeira de geografia política no Instituto Rio Branco dos anos de 1966 a 1975.

No nível local assegurar o processo de ocupação da Amazônia, famoso no lema “Integrar para não Entregar” é o objetivo mais imediato. Há de se produzir estudos que permitam a execução dos projetos geopolíticos do governo para consolidação de uma estrutura que garanta não só o domínio do território mas também a resolução de problemas nacionais. Deste modo a autora expõe que,

"[...] a elaboração de um sistema espacial não é privilégio do Brasil. Também nos países vizinhos da América do Sul, esse processo está em andamento, ainda que com menor intensidade. Também na Venezuela, Colômbia e Peru formam-se centros dinâmicos, periferias deprimidas e excedentes demográficos que se vão dirigindo para suas respectivas 'Amazônias', num movimento espontâneo ou sob direção governamental. As grandes rodovias em construção aí estão para expressar esse movimento de interiorização do povoamento [...] Surge daí a necessidade de assegurar a integração das regiões fronteiriças ao sistema nacional e à presença do Brasil na valorização da Amazônia Sul-Americana" (BECKER, 1972, p. 113).

Existe, à época, um interesse em amenizar as pressões nos grandes centros urbanos como também reativar regiões internas que são chamadas de “periferias deprimidas”.

O pensamento geopolítico é tomado como ferramenta para produzir idéias generalizantes que permitam criar um conhecimento sobre a região amazônica e o Brasil e mesmo escamotear uma situação de exploração e dominação vigentes numa sociedade

¹⁶ O texto é do ano de 1972.

que começa a dar sinais de vitalidade e luta, da qual a autora passa ao largo. Ao não produzir uma crítica ao status quo que está inserida, pode ser identificada como colaboradora das políticas territoriais do Estado sob tutela militar.

Considerações Finais

Há muito o que se explorar no pensamento geopolítico produzido por geógrafos no Brasil. Especialmente o de Bertha Becker. Pode-se discordar ou concordar com suas premissas, entretanto não se pode desconsiderá-lo numa avaliação da geopolítica no Brasil. Tem-se que aprofundar o estudo e entendê-lo numa perspectiva de renovação do pensamento geográfico que se quer crítico. Perceber as continuidades e descontinuidades em uma época que necessita de revisão teórica para criticar um certo pensamento sobre a renovação da geografia no Brasil que já está se sedimentando e produzindo suas ideologias.

Referencias Bibliográficas

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Carajás: a guerra dos mapas. Belém: Falangola, 1994. 329 p.
- BECKER, Bertha K. . Geopolítica da Amazônia: A Nova Fronteira de Recursos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. 233 p.
- BECKER, Bertha K. Memorial Bertha Becker. Memorial que acompanha o requerimento de inscrição em concurso para provimento de cargo de professor titular no Departamento de Geografia da UFRJ. 1993
- BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Notas sobre geografia, planejamento regional e desenvolvimento. In: Anais do II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. São Paulo: FAPESP; FFLCH USP; GEOPO-USP; CAPES, 2010.
- CAIRO, Heriberto. A América Latina nos modelos geopolíticos modernos: da marginalização à preocupação com sua Autonomia. In: CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 221-237, Maio/Ago. 2008
- LATOUR, Bruno. Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica e Poder no Brasil. Campinas, SP: Papyrus, 1995. 257 p.

Geopolítica na Geografia do Brasil, notas sobre o pensamento de Bertha Becker em Geopolítica da Amazônia.

Eduardo Karol

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia; pequena história crítica. 21ª ed. São Paulo: AnnaBlume, 2007. 152p.

TAYLOR, Peter J.; FLINT, Colin. Geografía Política: Economía-mundo, Estado-Nación y Localidad. Madrid: Trama Editorial, 2002. 2ª ed., 447 p.

VALVERDE, Orlando. Prefácio. In: BECKER, B. K. . Geopolítica da Amazônia: A Nova Fronteira de Recursos. Rio de Janeiro: Zahar Editores